

Seminário  
**REFLEXÕES SOBRE 1917:**  
Repensar um século de socialismo



CADERNOS  
**OPÇÃO SOCIALISTA**

Nº 2 • SETEMBRO 2017



## ***Crise do Capitalismo - Crise Civilizatória***

Os Estados na globalização neoliberal  
**Júlia Martí**

Capitalismo do século XXI: Ponto sem retorno?  
**Michel Husson**

Esta vez vai ser pior. Da crise financeira  
de 2007-2008 até o próximo crash  
**Francisco Louçã**



# Crise do Capitalismo - Crise Civilizatória

## **SUMÁRIO**

Reflexões sobre 1917: Repensar um século de socialismo	5
Os Estados na globalização neoliberal	7
Capitalismo do século XXI: Ponto sem retorno?	16
Desta vez será pior: Da crise financeira de 2007-2008 ao próximo crash	24

## **CADERNO OPÇÃO SOCIALISTA**

Vereadora de Porto Alegre Sofia Cavedon  
Deputado estadual Jeferson Fernandes  
Deputado federal Elvino Bohn Gass  
Deputado federal Pepe Vargas

Organização: Raul Pont

Revisão: Raul Pont e Marta Resing

Diagramação e editoração: Vanessa Vargas

Capa: Silvia Pont

Fonte: Viento Sur - uma revista política em formato  
impresso e web - <http://vientosur.info/>

Impressão: Ideograf

# REFLEXÕES SOBRE 1917: REPENSAR UM SÉCULO DE SOCIALISMO

A segunda sessão do nosso Seminário sobre “Repensar um século de Socialismo” busca focar o debate sobre a situação atual do capitalismo mundial. Identificá-lo melhor com mais precisão, pois não estamos vivendo uma conjuntura como aquela que marcou o pós 2ª Guerra Mundial e o chamado “estado do bem estar social”.

Vivemos, desde o último quartel do séc. XX, uma significativa transformação do sistema capitalista. A ideologia da fase neoliberal de Reagan e Thatcher não se espalhou de forma homogênea no mundo e esse processo foi desigual. Lembremos os casos dos anos 90, no Brasil, com o crescimento do PT e a ascensão de Lula em 2002. Da mesma forma, em vários países da América Latina. Na contramão da ideologia neoliberal e das consequências do fim da URSS.

A tendência atual de plena e absoluta hegemonia do rentismo financeiro como forma de reprodução do capitalismo o coloca noutra patamar para identificá-lo e como combatê-lo.

O texto de Michel Husson trata da crise de 2007/08 e sua permanência com taxas baixíssimas de crescimento e de longa estagnação. Diz Husson “a crise atual pode ser caracterizada como a crise das soluções à crise precedente”. Por isso, retoma e retrocede as grandes recessões de 1974/75 e 1980/82, procurando entendê-las e explicá-las a luz dos grandes ciclos do capitalismo mundial.

Nosso outro texto de apoio para o debate do tema é de Júlia Martí sobre os Estados e seu papel no momento da globalização neoliberal. Martí polemiza com as teorias de Hardt e Negri sobre o “Império” e a perda irreversível de soberania dos Estados frente aos poderes das instituições econômicas globais. Para ela, os Estados e suas territorialidades ainda importam e tem

consequências no processo de luta pela dominação global. Jùlia Martí busca, em especial, caracterizar o Estado, seu papel, limites e funções, nessa etapa da globalização neoliberal. Essa identificação é importante e didática para que possamos ver que esses elementos: autoritarismo, privatizações, fim da noção de “bem estar social”, repressão e controle social, desregulamentação financeira, quebra do conceito de democracia, etc., etc. apontam para o coração do modelo, ou seja, o Estado de Exceção como regra. O Brasil da Lava Jato, de Temer, de Moro e Gilmar Mendes é a expressão acabada dessa sistematização proposta pela autora.

Por fim, o texto de Francisco Louçã encerra nosso 2º Caderno Opção Socialista. O título é autoexplicativo: Da crise de 2007/08 até o próximo crash, desta vez será pior.

Oxalá possamos fazer frente ao realismo pessimista de Louçã através da luta consciente e de conquistas parciais aonde a soberania nacional permita para avançarmos na luta global contra o rentismo financeiro predominante.

Boa leitura! Bom debate!

Sofia Cavedon  
Jeferson Fernandes  
Elvino Bohn Gass  
Pepe Vargas

# OS ESTADOS NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

**Júlia Martí**

A globalização neoliberal, e suas consequências nas formas de crise civilizatória e multidimensional, colocou em dúvida o papel dos Estados na ordem política global. Mas, para além das teorias sobre a crise de soberania e a superação dos Estados por novas formas de governo, veremos neste artigo como o papel dos Estados segue mais válido do que nunca, ainda que suas funções e formas de organização tenham sido redesenhadas, com consequências graves para a democracia e para os direitos das maiorias. Em primeiro lugar, faremos uma pequena introdução aos debates sobre a relação entre os Estados e o capital global, para posteriormente analisar as transformações dos Estados no âmbito do projeto político neoliberal e finalmente apontar alguns desafios que surgem deste cenário.

## 1. Como se relacionam a lógica capitalista e a lógica territorial?

A crescente concentração e mobilidade dos capitais a nível global, que faz aparecer as empresas transnacionais e os fundos de investimentos como novos atores poderosos no cenário global, abriu o debate sobre como se relacionam a lógica do capital global e a lógica dos Estados – ou dito de outra forma, a lógica capitalista e a territorial – e as consequências que isso tem para a soberania. Como explica Harvey (2005: p. 27), ambas lógicas diferem de início em seus objetivos e formas de atuar. Enquanto o capitalista trata de acumular mais capital e opera em um contínuo espaço-temporal sem limites, dos Estados se busca manter e aumentar o poder, e sua atuação está segmentada territorialmente e limitada, no caso das democracias, no

período temporal pelos ciclos eleitorais. Porém, como veremos, ambas as lógicas se relacionam de forma dialética, reforçando-se mutuamente, em um contexto de globalização neoliberal no qual os Estados seguem tendo um papel relevante.

Esta leitura difere das teorias defendidas por Hardt e Negri, que consideram que os Estados perdem soberania de forma irreversível frente aos poderes econômicos globais. Os autores vinculam o novo capitalismo global, no qual a lei do valor se mundializa gerando um único ciclo de acumulação global, com a aparição novas formas de comando e soberania, que chamam Império. O Império seria composto por uma série de “organismos nacionais e supranacionais unidos dentro de uma única lógica de comando descentralizada e desterritorializada” (Hardt e Negri, 2002: 5). Mas, como defende Borón (2002), não é certo que a lógica territorial desapareça, como demonstra o fato de que a globalização tenha consolidado a dominação imperialista norte-americana, com intervenções que visam o controle territorial, como no Iraque e os golpes de Estado na América Latina.

Por sua Parte, Bensaïd (2004: p. 237) considera que as formas estatais nacionais não desapareceram ainda que se encontrem subordinadas ao reconhecimento outorgado e garantido pelas instituições de governanças global. Ao mesmo tempo, considera que as críticas pós-modernas ao “soberanismo” são “perfeitamente compatíveis com a retórica dominante que celebra a dissolução dos Estados-nação em um espaço global”. Nesse sentido, critica os autores de Império que não analisaram os “novos mecanismos de submissão dos países dominados”, como são a dívida externa, a dependência tecnológica e alimentar e a destruição ecológica; assim como as “relações entre as empresas multinacionais e os estados dominantes” e o funcionamento das instituições de “governança global” implicadas no desenvolvimento desigual da acumulação planetária de capital (Bensaïd, 2009: p. 238).

Resumindo, podemos afirmar que, embora seja verdade que cada vez mais Estados se veem condicionados pelas lógicas do capital global, isto não nos pode levar a assumir a “falsa ideia da crise permanente de soberania de todos os Estados em relação a todas as formas de concorrência e regulações” (Hernández Zubizarreta, 2009: 73). Ademais, temos que ver também como os Estado chegaram a esta situação, já que, como explica Sassen (2010: 99. 290-291), foram os próprios Estados que, de forma mais ou menos voluntária segundo sua posição na “hierarquia estatal” e a correlação de forças interna, converteram suas funções em benefício do mercado baseados na lógica

global, operando como um dos atores chaves no avanço do neoliberalismo. Podemos dizer, portanto, que o Estado neoliberal não é um Estado fraco, mas sim um Estado que conserva as funções úteis para o capital global (controle social, políticas comerciais, etc.) enquanto adapta as demais.

Devemos, portanto, deixar mais complexa a análise para entender melhor de que forma se relacionam a lógica territorial e capitalista. Como afirma Sassen (2010: p. 287), não é suficiente analisar os Estados como compartimentos estanques, que se defrontam com outros atores externos, mas deve-se averiguar as transformações que se produzem tanto no nível externo como interno. Entendendo que, apesar de não podermos declarar o fim do Estado-nação, o que se está gerando é uma nova conformação entre autoridade, território e direitos, que faz com que o global e o nacional deixem de ser esferas separadas. Nesta dissolução de fronteiras entre o local e o global, as políticas estatais estão cada vez mais submetidas a lógica global, orientadas à adaptação-se a globalização neoliberal, em um processo de “desnacionalização” de suas políticas.

No mesmo sentido, podemos ver como as fronteiras entre o público e o privado também se diluem graças a narrativa da governança que, baseada na suposta crise de legitimidade e de soberania os Estados, expõe a necessidade de adaptar-se à globalização superando os marcos estatais e definindo novas formas de governar baseadas na participação de atores tanto públicos como privados. Nesse sentido, Sousa Santos (2009) define a governança como “a matriz política da globalização neoliberal”, já que busca novas formas de legitimação do projeto neoliberal encobrimo-o em uma imagem pós-ideológica, de falso consenso, baseada em conceitos como diálogo e concertação entre atores, que escondem os conflitos de classe sob um suposta inclusão social e promovem a ideia de corresponsabilidade entre atores privados e públicos (Martí Comas, 2016).

Estas duas tendências, assumidas pelos Estados capitalistas e pelas instituições intergovernamentais da qual são parte, estão transformando suas funções e formas de governar, o que levou os Estados a adotarem algumas características específicas que nos permitem falar de um novo modelo de “Estado neoliberal” como concretização do “Estado capitalista”. Um Estado que segue sendo chave para a reprodução capitalista mas que, ao mesmo tempo, se insere na lógica neoliberal assumindo, não somente as funções determinadas pela teoria clássica, mas dando um passo a mais, necessário para garantir a sobrevivência do capitalismo.

## 2. O Estado neoliberal, um Estado na medida do capital global

Como dizíamos, o Estado neoliberal amplia suas funções para garantir a reprodução das relações capitalistas (Albarracín, 2016); isto é, que não se limita a desempenhar as funções clássicas, como eram as de “favorecer fortes direitos de propriedade privada individual, o império da lei, as instituições do livre mercado e do livre comércio” (Harvey, 2007: p. 72), mas que se converte em sócio do capital apoiando-o de diversas formas. Assume, assim, a “racionalidade neoliberal”, que Laval e Dardot (2013: p. 15) definem como “a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. Estas transformações fazem com que o Estado deixe de ser árbitro para ser sócio do capital e, portanto, a administração da população passa de buscar a coesão/integração para limitar-se a acomodar a sociedade às exigências da concorrência mundial (Laval e Dardot, 2013: p. 286), ainda que isso não signifique que o neoliberalismo busque o “retrocesso” do Estado, mas sim a transformação da ação pública.

Portanto utilizaremos o conceito de Estado neoliberal para sintetizar a complexidade do projeto político neoliberal e todos os elementos que entram em jogo. Também levando em conta que, apesar deste conceito já ter sido utilizado em vários trabalhos, existe uma diversidade de enfoques, enquanto alguns se concentram mais no aspecto econômico, outros enfatizam a dimensão punitiva e de construção da subjetividade. Podemos dizer, portanto, que algumas das características fundamentais do Estado neoliberal são as seguintes:

- Autoritarismo, democracia de baixa intensidade e vinculação com o poder privado. Uma das principais características dos Estado neoliberais é seu caráter autoritário e cada vez mais deslegitimado e alienado dos processos democráticos. Como explica Harvey (2007: p. 74), “existe uma forte preferência pelo exercício de governo mediante decretos ditados pelo poder executivo e mediante decisões judiciais em lugar da tomada de decisão de maneira democrática no parlamento”. A este fortalecimento do poder executivo se soma o aumento da corrupção e das portas giratórias .

- Criação das condições de competitividade necessárias para a economia global (Sassen, 2010: p. 300), geradas através da colaboração para redesenhar os mercados, as mudanças jurídicas e constitucionais para adaptar-se

às novas funções, a organização das condições para a auto-organização da economia e da sociedade e a arbitragem entre forças opostas (Jessop, 2008). Mais concretamente, com a desregulamentação trabalhista, social e ambiental, as privatizações, a liberalização do comércio, a redução de impostos e os cortes nos gastos públicos. Além de outras políticas destinadas a apoiar as empresas, como os investimentos em infraestrutura, investimentos em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), as políticas de promoção da internacionalização, o apoio financeiro, etc. Tudo isso supõe também uma aposta sustentada na produtividade, que freia qualquer intenção de impedir as mudanças climáticas e proteger os ecossistemas.

- Desregulamentação financeira e socialização das perdas. Como explica Albarracín (2016: p. 2), na fase atual “os poderes públicos também empreenderam uma política de socialização das perdas e dívidas privadas, o que contribuiu para o crescimento do gasto e do déficit públicos, assim como para uma severa austeridade nos serviços públicos e direitos sociais”. Observamos como, em nível geral, os Estado neoliberais combinaram, por um lado a promoção da desregulamentação e expansão financeira, ao mesmo tempo em que, no momento que estas falharam, garantiram a integridade e a solvência das instituições financeiras sem se importar em absoluto com as consequências (Harvey, 2007: o. 80). O mesmo se passa com as iniciativas público-privadas, nas quais o Estado assume todo o risco.

- Privatizações e parcerias público-privadas. O Estado neoliberal se caracteriza, também, pela delegação de suas funções para empresas privadas. Este processo se dá através da privatização e abandono das políticas sociais, que caem em mãos do mercado ou se reorganizam como no caso dos trabalhos reprodutivos e de cuidados. Ao mesmo tempo em que se promove uma nova colaboração público-privada, legitimada, como dizíamos pela lógica da governança, que desloca o Estado em favor da suposta maior eficácia da gestão privada e das dificuldades de financiamento público, geradas pela própria lógica neoliberal.

- Retirada do Estado de bem-estar em favor da mercantilização e do workfare. As principais características do modelo do workfare são o abandono progressivo das responsabilidades estatais sobre o bem-estar da população, transferindo as responsabilidades aos indivíduos e transformando as políticas sociais em um mecanismo de disciplinamento (Harvey, 2007: p. 83). Nesse contexto, o Estado se centra na promoção da concorrência e da trans-

formação do modelo produtivo, promovendo o fim do paradigma fordista de pleno emprego e impulsionando a flexibilidade e a desregulamentação trabalhista (Jessop, 2008b: p. 118). Além de buscar uma subjetivação dos valores neoliberais e a individualização das responsabilidades sob a ideia do “homem-empresa”, que promove a naturalização do risco, o empreendedorismo e a concorrência, ou seja, a interiorização das exigências do sistema (Laval y Dardot, 2013: p. 334), enquanto relega os cuidados de proteção, ignorando nossa interdependência e vulnerabilidade.

- Repressão e controle social. Como mostra Wacquant (2010: pp. 212-213), um dos principais elementos dos Estados neoliberais é a expansão das políticas repressivas, tanto no âmbito das políticas sociais como no âmbito criminal. Assim, vemos como se expande a criminalização da pobreza e dos protestos, para facilitar os processos de acumulação por desapossamento. Ao mesmo tempo se promove a securitização, quer dizer, a ampliação do campo da segurança nacional para outros âmbitos como podem ser as migrações ou os conflitos sociais. Além disso, esse fortalecimento da área da segurança dos Estados demonstra, como dizíamos no início, que nem todas as funções estatais sofrem a crise da mesma forma.

- Promoção dos sistemas privados de direito. Um dos principais processos de desnacionalização das funções estatais tem sido, como explica Sassen (2010: p. 289), o surgimento de sistemas privados de direito, que respondem à necessidade do capital global de construir uma arquitetura jurídica adequada. Como explica Aleida Hernández (2014: p.219), se trata de um novo “pluralismo jurídico transnacional sem controles democráticos claros, que alicerça sua mínima legitimidade na concentração de capital”. Nesse sentido, as negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento e do Acordo Integral de Economia e Comércio são uma clara demonstração de como os Estados e suas instituições se aliam com as empresas transnacionais para promover sua própria “desnacionalização”.

- Conservadorismo, “remasculinização do Estado” e privatização da reprodução social. Loïc Wacquant (2013, citado em Lamas, 2016: p. 28) considera que no Estado neoliberal se produz, também, uma “remasculinização do Estado”, que muda a perspectiva sobre as mulheres como “vítimas a serem protegidas”, ao invés de sujeitos portadores de direitos. Independentemente, todavia, que foi o próprio sistema neoliberal que colocou as mulheres em uma situação de maior precariedade, seja devido a nova subjetividade ligada

ao hiperconsumismo que converte os corpos das mulheres em mercadorias, ou a utilização da situação de precariedade das mulheres como peças chave para a reorganização neoliberal da produção, (Falquet, 2014: p. 13). Nesse sentido, vemos como o Estado neoliberal se alia, por um lado, com o feminismo que Bernstein (2012) denomina “prisional”, onde se legitimam as políticas repressivas com base na violência machista, circunscrevendo a reivindicação dos direitos humanos das mulheres à luta contra a violência sexual. Ao mesmo tempo que se vincula com uma estratégia pró-família por meio dos compromissos neoliberais, que legitima e facilita a privatização da reprodução social (Bernstein, 2012: p. 305).

- Estado de exceção como regra. Como afirma Harvey (2014), o capital supera suas contradições mediante processos de desapropriações violentas. Também agora, apesar de que o grau de violência é diferente conforme o país, nos encontramos em uma “normalização da exceção” generalizada, que converteu a política capitalista em uma “administração e trabalho da morte” (Fazio, 2016: p. 13), que Mbembe (2011) define como “necropolítica”. Vemos esta gestão da morte no trato dos refugiados na Europa ou na interligação entre economia criminal, economia legal e administrações públicas em diferentes partes do mundo. Há que reconhecer, portanto, que não só a economia criminal se converteu em mais uma faceta da globalização, como proliferam diferentes “configurações criminais do capitalismo contemporâneo” (Fazio, 2016: p. 11).

- Processos de desterritorialização e reterritorialização. Por último, como dissemos no início, neste processo de desnacionalização do Estado e extensão da lógica global, as fronteiras entre o local e o global se diluem e, portanto convivem processos de desterritorialização com processos de reterritorialização (Pastor, 2007). Assim vemos como, apesar de sua hipermobilidade, o capital global também requer grandes infraestruturas não tão móveis, que o obriga a ter uma inserção local e institucional (Sassen, 2010: o. 478). Portanto, um papel chave dos Estados neoliberais será por um lado facilitar a desterritorialização, especialmente potencializando a internacionalização, mas ao mesmo tempo terá que colocar em marcha processos de reterritorialização, construindo espaços para a revitalização do capital, ou facilitando a construção destes espaços por parte das próprias empresas transnacionais em enclaves extrativos, produtivos ou comerciais. Além disso, os processos de reterritorialização também estarão vinculados ao propósito de relegitimar o Estado-nação, buscando o fechamento de fronteiras à imigração.

## Conclusão

Podemos dizer que, depois de procurar sintetizar a complexidade do projeto neoliberal na atualidade, fica clara a necessidade de entender como se entrelaçam suas múltiplas facetas e portanto evitar as análises reducionistas que nos podem levar a pensar que o projeto neoliberal se sustenta somente em seu pilar econômico. Como afirmam Laval e Dardot (2013: pp. 393-394), se o neoliberalismo não é igual ao livre mercado nem a globalização neoliberal, significa que pode sobreviver apesar da crise atual; além disso, analisar sua evolução nos permite entender que a racionalidade neoliberal é capaz de articular-se com ideologias alheias, como fez com o conservadorismo nos anos 80 e como pode fazer agora com a xenofobia ou o nacionalismo.

Esta reflexão adquire especial importância em um momento onde a dimensão econômica da globalização neoliberal parece estar deslegitimada, suscitando críticas por parte de diferentes partes do espectro político e com novos atores populistas de extrema direita criticando a internacionalização da economia. Por isso há que lembrar que o coração do modelo neoliberal é este “governar para o mercado” como dizia Foucault, objetivo que segue presente nas propostas populistas de extrema direita, ainda que a retórica pareça indicar o contrário. Portanto, nos atrevemos a apontar que, apesar de Trump ou Brexit refletirem a crise do modelo, não têm que ser necessariamente o reflexo de seu fim, se não mais uma volta na rosca de um projeto neoliberal que foi se reformulando ao longo das últimas décadas.

Além disso, com esta análise tentamos sublinhar o importante papel desempenhado pelo Estado na atual configuração econômica. Entendendo que, como afirma Artous, apesar da correlação entre economia e política seja completa, podemos afirmar que hoje a luta de classes não é um “conflito puramente econômico, mas que se desenvolve como uma luta política global, o que envolve o Estado, os direitos e as diferentes regulações e instituições correspondentes” (Nahuel Martín e Mosquera, 2016). Isto significa que nossas lutas não têm que ser dirigidas a um Império abstrato, mas a desarticular, entre outras coisas, a estes Estados neoliberais que estão sendo tão úteis para o capital global.

Júlia Martí é uma pesquisadora da Universidade do País Basco (UPV-EHU), ativista do Antikapitalistak y FeminisTaldea e membro do Conselho da vientosur.

## Referencias

- Albarracín, D. (2016) “¿La refundación de Europa? El informe de los cinco presidentes”. *viento sur*, 144, pp. 69-78.
- Bensaïd, D. (2004) *Cambiar el mundo*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- (2009) *Elogio de la política profana*. Barcelona: Península.
- Bernstein, E. (2012) “¿Las políticas carcelarias representan la justicia de género? La trata de mujeres y los circuitos neoliberales del crimen, el sexo y los derechos”. *Debate Feminista*, pp. 280-320.
- Borón, A. (2002) *Imperio & imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO.
- De Sousa Santos, B. (2009) “Governance: Between Myth and Reality”. *RCCS Annual Review*, 0(0), 1-12.
- Falquet, J. (2014) “De los asesinatos de Ciudad Juárez al fenómeno de los feminicidios: ¿nuevas formas de violencia contra las mujeres?”. *viento sur web*, 1-18.
- Fazio, C. (2016) *Estado de emergencia, de la guerra de Calderón a la guerra de Peña Nieto*. México: Grijalbo.
- Foucault, M. (2007) *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Hardt, M. y Negri, A. (2002) *Imperio*. Barcelona: Paidós.
- Harvey, D. (2004) *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal.
- (2007) *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Akal.
- (2014) *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales del Ecuador (IAEN) y Madrid: Traficantes de Sueños.
- Hernández Cervantes, A. (2014) *La producción jurídica de la globalización económica. Notas de una pluralidad jurídica transnacional*. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (UNAM).
- Hernández Zubizarreta, J. (2009) *Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos: Historia de una asimetría normativa*. Bilbao: Hegoa y OMAL-Paz con Dignidad.
- Jessop, R. (2008) *State power: a strategic-relational approach*. Cambridge: Polity Press.
- Lamas, M. (2016) “Feminismo y prostitución: la persistencia de una amarga disputa”. *Debate Feminista*, 51, 18-35.
- Laval, C. y Dardot, P. (2013) *La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedad neoliberal*. Barcelona: Gedisa.
- Martí Comas, J. (2016) “Gobernanza: la nueva matriz política del neoliberalismo”. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, 133, pp. 111-126.
- Mbembe, A. (2011) *Necropolítica*. Madrid: melusina [sic].
- Nahuel Martín, F. & Mosquera, M. (2016). “Repensar la teoría marxista del Estado: la obra de Antoine Artous”. *viento sur web*, pp. 1-7.
- Pastor, J. (2007) “Economía política de la ‘globalización’”, crisis de centralidad de los Estados y procesos de ‘desdemocratización’”. *Congreso: El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para otra globalización*.
- Sassen, S. (2010) *Territorio, autoridad y derechos*. Buenos Aires: Katz editores.
- Wacquant, L. (2010) “Crafting the Neoliberal State: Workfare, Prisonfare, and Social Insecurity”. *Sociological Forum*, 25(2), pp. 197-220.

# CAPITALISMO DO SÉCULO XXI: PONTO SEM RETORNO?

**Michel Husson**

Dez anos depois, ainda não acabou a crise iniciada em 2007 e que parece pesar duramente sobre o crescimento futuro, como explica o FMI: “O crescimento mundial continua, porém em um ritmo cada vez mais decepcionante que expõe ameaças à economia mundial. O crescimento tem sido muito fraco por muito tempo” (FMI, 2016). A produção industrial tem um viés de baixa, assim como o comércio mundial.

Quando da apresentação das últimas previsões da OCDE, Catherine Mann, sua economista chefe, assinalava que “a desaceleração do crescimento potencial nos países avançados é uma preocupação permanente” (Mann, 2015). A fórmula de Christine Lagarde, segundo a qual “estamos em estado de vigilância, não em estado de alarme”, não tranquiliza quase ninguém.

Assim pois os capitalistas estão inquietos: na atualidade seu sistema está imerso em uma profunda crise. Para entender melhor suas razões é necessário colocá-la em perspectiva antes de apresentar as razões deste bloqueio.

## 1. A crise em perspectiva

A crise atual pode ser caracterizada como a crise das soluções à crise anterior. Para compreender melhor os problemas atuais do capitalismo, é necessário retroceder no tempo até as grandes recessões de 1974-1975 e de 1980-1982. É nesse período que começam as perturbações no modelo de capitalismo do pós-guerra e deixam de funcionar as chamadas políticas keynesianas.

Essa mudança se explica essencialmente pelo esgotamento dos ganhos

de produtividade. O principal fator de dinamismo do capitalismo é na verdade o aumento da produtividade do trabalho, ou dito de outra forma, sua capacidade de reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir uma mercadoria. Até meados dos anos 1970, os ganhos de produtividade foram elevadas, o que permitiu aos países capitalistas avançados conhecer uma (relativa) “idade de ouro”: o poder de compra dos assalariados podia aumentar sem ameaçar a taxa de lucro.

Porém, a partir do momento em que os ganhos de produtividade começaram a desacelerar, o restabelecimento ou a manutenção da taxa de lucro em um nível aceitável deveria basear-se em outros fatores. Durante todo período neoliberal iniciados no anos 1980, o capitalismo efetivamente conseguiu – com múltiplos choques – esta proeza: restabelecer o lucro, apesar da tendência de esgotamento dos ganhos de produtividade.

O declínio na taxa de lucro se delineou a partir de meados dos anos 1960 e essa queda coincidiu perfeitamente com a desaceleração dos ganhos de produtividade. Em troca, o retorno a uma maior taxa de lucro, que se produziu no curso dos anos 1980, teve lugar enquanto os ganhos de produtividade se estagnavam durante todo o período neoliberal em um nível de aproximadamente 2% anuais. No entanto, essa relação não se rompeu totalmente: as grandes flutuações na taxa de lucro correspondem estreitamente às dos ganhos de produtividade.

Como explicar então esse aumento da taxa de lucro apesar dos reduzidos ganhos de produtividade? A resposta a esta questão é essencial porque permite compreender a lógica do modelo neoliberal.

## 2. A crise do modelo neoliberal

Evidentemente, o fator principal é a queda da participação dos salários no valor agregado, o que é uma tendência praticamente universal, também reconhecida por instituições como o FMI ou a OCDE. Os salários, dessa forma, desaceleraram mais rapidamente do que os ganhos de produtividade, e a participação dos lucros na renda nacional pôde assim aumentar.

Esta restauração da taxa de lucro não levou a um aumento na acumulação e esta diferença historicamente inédita é uma característica essencial do capitalismo neoliberal. Alguns a explicam pela destruição praticada pelo capital financeiro, opondo o “bom” capitalismo que investe ao “mau” que especula. Mas estes dois capitalismos em realidade estão estreitamente ligados e a distância entre lucro e acumulação remete a um fator mais fundamental que

é a escassez de oportunidades para investimentos rentáveis.

Nesta concepção, o capital financeiro não deve ser considerado como um fenômeno parasitário mas sim como uma peça essencial do modelo neoliberal. A queda da participação dos salários não pode de fato assegurar a dinâmica do capitalismo. Surge imediatamente um problema de realização do lucro: quem vai comprar as mercadorias produzidas pelos assalariados cujo poder de compra progride menos rapidamente do que o valor produzido? Ao redistribuir uma parcela dos lucros às classes sociais privilegiadas que a consomem, o capital financeiro fornece uma resposta a essa questão. Além disso, mantém e inclusive estimula o sobre-endividamento, facilita as transferências internacionais e acompanha a mundialização produtiva, o que permite por sua vez pressionar os salários.

A crise atual é a crise de um modelo de funcionamento do capitalismo, diferente daquele dos “Trinta Gloriosos”. Esta passagem de um modelo a outro pode ser representada por uma aproximação “espectrográfica”. Esta consiste em construir as curvas características do capitalismo, a partir de uma série de indicadores: déficit comercial, relação consumo privado/salários, endividamento das famílias, participação dos 1% mais ricos na renda nacional, globalização financeira, participação dos lucros, etc. Estes indicadores são medidos e combinados em um indicador sintético (Husson e Louçã, 2012).

Esta representação permite distinguir com clareza dois períodos. No primeiro, denominado “fordista”, o capitalismo funciona de uma forma relativamente regulada, sendo que todos os indicadores considerados estavam estáveis: a repartição entre salários e lucros é relativamente constante, as desigualdades tendem a diminuir e as finanças tem um papel secundário.

Em meados dos anos 1980 se inaugura a fase neoliberal, onde todos os indicadores, e portanto também o indicador sintético, começam a aumentar de forma exponencial até a crise, quando se começa a desenhar uma certa mudança. Esta constatação permite assinalar a coerência que existe entre os diversos componentes do modelo neoliberal; modelo que está intrinsecamente associado ao aumento das desigualdades, ao sobre-endividamento e aos desequilíbrios comerciais.

No entanto, tal coerência era essencialmente instável e, acima de tudo, não era sustentável, já que supunha que o aumento de todos os indicadores poderia prolongar-se até o infinito.

Ademais, o aumento das desigualdades ou o crescimento acentuado das cotações das bolsas teria que inevitavelmente alcançar seus limites. Todos os economistas que anteciparam a crise, como por exemplo Wynne Godley ou Steve Keen, fundamentaram seu prognóstico sobre o retrocesso inevitável

de um ou outro dos indicadores.

A crise poderia explodir em um ponto ou outro dessa configuração neoliberal. Que a crise tenha começado na esfera financeira não significa que a crise seja exclusivamente financeira. Se trata de uma crise sistêmica, de uma crise do conjunto de dispositivos projetados para restabelecer a taxa de lucro, se trata de uma crise das soluções à crise precedente.

Agora que o modelo neoliberal entrou em crise, a questão é saber se o capitalismo é capaz de articular outro regime. A resposta a esta questão fundamental é negativa, por duas razões principais: os denominados países emergentes desempenham cada vez menos seu papel articulador na dinâmica do sistema e os ganhos de produtividade se reduzem de forma constante.

### 3. O final da “emergência”

No período compreendido entre os anos 1990 e a explosão da crise, o crescimento mundial era sustentado pelos países denominados emergentes, que se aproveitaram do crédito ao consumo dos países avançados, em particular dos Estados Unidos. Este ciclo foi batizado pelos economistas norte-americanos como a “grande moderação”. Na verdade, o avanço do comércio mundial parece ter se desacelerado de forma duradoura.

Esta desaceleração é o sintoma de uma relativa debilitação da globalização produtiva: as “cadeias de valor mundiais” deixam de desenvolver-se especialmente entre os Estados Unidos e a China; esta última iniciou uma acidentada e difícil transição para um modo de crescimento autocentrado e menos dependente de exportações.

O conjunto dos países emergentes foi submetido a dois choques simultâneos. A crise e a desaceleração da economia mundial levaram a uma queda dos preços das matérias primas, sendo a mais espetacular a do petróleo. Ao mesmo tempo, os capitais se retiraram bruscamente dos países emergentes, provocando uma queda em suas moedas. Esta retirada revelou uma realidade mal percebida no curso da década anterior, como é a tendência geral a perder “vantagens comparativas”, na medida em que a equiparação salarial conduz a uma menor competitividade, assim como a desindustrialização prematura (Rodrik, 2015) e até mesmo a uma “reprimarização” de países como o Brasil (Salama, 2012).

Hoje em dia se realizam muitos exercícios de previsões de longo prazo sobre a trajetória da economia mundial. Embora os resultados devam

ser tratados com algum ceticismo, o que refletem é a forma como os que predominam analisam a questão. Estes exercícios vão na mesma direção e prognosticam uma desaceleração do crescimento de todos os segmentos da economia mundial.

No caso de China, a potencialização do mercado doméstico e o aumento dos salários tendem a reduzir a possibilidade de que as empresas transnacionais capturem o valor adicionado em seu benefício. Evidentemente, trata-se de uma tendência, mas a dinâmica é mais rápida do que se podia imaginar há dez anos, especialmente no que se refere à progressão dos salários. São múltiplos sintomas de algo que poderia ser chamado de um “recuo” da economia mundial (mais que uma desglobalização). Nesse sentido, Paul Krugman, na amplamente difundida revista do FMI, chega inclusive a sugerir que a “globalização é um projeto mais ou menos acabado” (Krugman, 2016).

É nesse sentido que deve interpretar-se o projeto do Tratado Transatlântico entre os Estados Unidos e a União Europeia, cujo objetivo principal é de voltar a intensificar o comércio mundial.

## 4. O esgotamento dos ganhos de produtividade

No futuro, os países emergentes já não poderão servir de alívio aos velhos países capitalistas na sustentação da rentabilidade do capital. A razão primordial é que a desaceleração dos ganhos de produtividade depois da crise se estendeu também aos países emergentes, de forma que hoje constitui um fenômeno mais ou menos universal (Husson, 2016a).

Portanto, o horizonte do capitalismo parecer ser o de uma “estagnação secular”. Embora seja certo que a robótica e a automação são detentoras de importantes ganhos de produtividade na indústria e nos serviços, também é certo que estas inovações necessitam de investimentos, e estes devem responder ao critério da elevada rentabilidade exigida pelos mercados financeiros. Por outro lado, a automação leva ao questionamento da coesão das sociedades (desemprego generalizado, polarização entre empregos qualificados e pequenos trabalhos, etc.) o que agrava os problemas de “realização”. De fato, é necessário que existam oportunidades de mercado, de forma que aí se encontra uma contradição fundamental da automação: quem vai comprar as mercadorias produzidas pelos robôs? Os fluxos das inovações técnicas não parecem esgotar-se, mas o capitalismo não é capaz de incorporá-los à sua lógica.

## 5. A defesa do capital fictício

O capitalismo neoliberal surfou em um mar de dívidas. Mas as dívidas, sejam públicas ou privadas, não apenas não foram reduzidas, mas também continuaram crescendo, o que constitui uma característica essencial do período iniciado pela crise. Esta progressão é particularmente evidente na dívida dos Estados, e não menos na das empresas.

O período precedente à crise foi caracterizado por uma enorme acumulação de capital fictício, na forma de títulos financeiros; dito de outra forma, de direitos de saque sobre a mais-valia produzida pela exploração do trabalho assalariado. Para que o capitalismo ressurgisse sobre bases saudáveis, teria sido necessário destruir esse capital fictício (e seguramente também uma parte do capital produtivo). É inegável que houve perdas, mas as políticas levadas a cabo no mundo tem sido guiadas por um princípio: preservar ao máximo o capital fictício e os direitos de saque que este representa.

O anterior se realiza de duas formas: por um lado pela transferência de dívidas privadas em dívidas públicas e, mediante medidas de austeridade, por uma extração suplementar de mais valia para obter lucros; por outro, por uma injeção massiva de liquidez. No primeiro caso, pode-se dizer que o capitalismo respeita a lei do valor, segundo a qual todo valor que aumenta o capital se origina do trabalho, posto que se destina a aumentar a relação mais-valia/capital, aumentando a mais-valia. Pelo contrário, no segundo caso, o capitalismo busca negar ou driblar a lei do valor mediante a busca do crescimento do capital fictício, ou seja, o valor de mercado de títulos que não tem relação com a situação da esfera produtiva. A crise pode, portanto, ser interpretada como uma severa chamada à lei do valor.

## 6. A regressão social

A crise representa uma inflexão maior, no sentido da regressão social: tem sido a oportunidade de aplicar uma “estratégia de choque”, retomando o título (em francês) do livro de Naomi Klein (2007). Esta conduz a um sombrio futuro cujos contornos podem ser delineados (Husson, 2016b), mas é necessário compreender porque o capitalismo não dispõe de outro futuro alternativo. Esta é uma conclusão lógica do panorama que tem sido amplamente desenhado: os ganhos de produtividade são reduzidos, as perspectivas de extensão do mercado mundial são limitadas, a desvalorização do capital está excluída e o fornecimento de moeda pelos bancos centrais não faz com que

a máquina volte a funcionar.

Nestas condições, não há mais do que uma saída: aumentar a taxa de exploração, o que é o mesmo que reduzir salários, reduzir os gastos sociais e flexibilizar o mercado de trabalho. Esta apresentação é esquemática, por isso seria necessário introduzir certas nuances para levar em conta as diferenças existentes entre os segmentos da economia mundial, mas permite estabelecer as fontes do desarranjo, inclusive pavor, burguês.

## 7. No beco sem saída capitalista

A contradição que tem lugar hoje em dia é a seguinte: mais ou menos todas as instituições internacionais (OCDE, FMI, Comissão Europeia) estão começando a descobrir as virtudes do investimento público e da reativação dos orçamentos públicos. Existe uma forma de aproximação no bom sentido keynesiano: posto que os capitalistas privados não querem investir, cabe ao setor público tomar a iniciativa. Só que não pode fazê-lo porque a prioridade de fato foi concedida à austeridade orçamentária e à redução dos gastos sociais.

Só o pensamento mágico permite escapar dessa contradição invocando o efeito das “reformas estruturais”. Flexibilizando o mercado de trabalho e liberando todas as forças da competição, a magia faria com que estas reformas permitissem obter os ganhos de produtividade que a dinâmica capitalista necessita. Na prática, estas reformas tem como único efeito estender o campo da precarização, que por sua vez se apresenta como a forma necessária da modernidade digital.

Este panorama sombrio conduz a seguinte conclusão: o capitalismo perdeu praticamente toda sua legitimidade social, porque não tem nada a oferecer. Proclama em voz alta: sua boa saúde depende do grau de regressão social que é capaz de impor. De forma que todo projeto voltado a convencê-lo para que adote uma orientação mais razoável, de certa maneira está condenado ao fracasso; basta considerar que a competição mundial faz com que seja praticamente impossível a governança coordenada do sistema.

Nestas condições, as lutas sociais defensivas adquirem quase imediatamente um caráter anticapitalista. Não obstante, é necessário que estas lutas tenham um horizonte de transformação social que leve em conta as características do capitalismo contemporâneo.

A economia mundial está atualmente dominada por empresas multinacionais que organizam uma competição generalizada entre os assalariados do mundo inteiro e impõem, em grande medida, suas regras do jogo aos

Estados e às instituições internacionais. Romper com este sistema supõe compreender que este não funciona como um conjunto de relações entre estados-nacionais. Consequentemente, uma experiência de transformação social deve efetuar uma ruptura dupla: com o mercado mundial, mas também, no interior de cada conformação social, com a lógica capitalista.

A estagnação secular se mostra como o cenário mais verossímil e o desafio climático faz necessário iniciar a transição energética e ecológica. Nestas condições é inútil querer explicar ao capitalismo como retomar o crescimento de maneira melhor que ele. Por conseguinte, a questão do conteúdo do crescimento e da repartição da riqueza devem ocupar um lugar central em todo projeto alternativo que tenha uma vocação anticapitalista.

Michel Husson é economista e autor de “O Capitalismo em 10 lições” (La Oveja Roja – Vientosur, 2013).

#### Referencias

- FMI (2016) “Press Conference on the Release of the April 2016 World Economic Outlook”, 12/4/2016.  
Disponível em: <http://pinguet.free.fr/fmit416.pdf>.
- Husson M. y Louçã F. (2012) “Late Capitalism and Neo-Liberalism. A Perspective on the Current Phase of the Long Wave of Capitalist Development”. En Grinin L., Devezas T., Korotayev A. (eds) *Kondratieff Waves, 'Uchitel', Volgograd*. Traducción al castellano: “Capitalismo tardío y neoliberalismo”, *sinpermiso* n.º12, 2013.  
Disponível em: <http://hussonet.free.fr/louespa.pdf>.
- Husson M. (2016a) “El gran bluff de la robotización”. *viento sur*, 147, agosto. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/bluffesp.pdf>.
- Husson M. (2016b) “Europa. El sombrío futuro de la crisis”. Disponível em: <http://vientosur.info/spip.php?article12003>.
- Klein N. (2007) *La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre*. Barcelona: Paidós Iberica.
- Krugman P. (2016) “La libéralisation du commerce est au point mort, tant mieux!”. *Finances & Développement*, diciembre. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/fre/2016/12/pdf/krugman.pdf>.
- Lagarde C. (2016) “Discours à l'université Goethe”, Francfort, 5/4/2016. Disponível em: <http://www.imf.org/fr/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp040516>.
- Mann C. (2015) “Puzzles and Uncertainties”, *OECD Interim Economic Outlook*, septiembre. Disponível em: <http://gesd.free.fr/ozinterim915.pdf>.
- Rodrik D. (2015) “Premature Deindustrialization”, NBER, *Working Paper* 20935, febrero. Disponível em: <http://gesd.free.fr/nber20935.pdf>.
- Salama P. (2016) “Reprimarización sin industrialización, una crisis estructural en Brasil”. *Revista Herramienta*, 58, otoño.  
Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-58/reprimarizacion-sin-industrializacion-una-crisis-estructural-en-brasil>.

# DESTA VEZ SERÁ PIOR: DA CRISE FINANCEIRA DE 2007-2008 AO PRÓXIMO CRASH

**Francisco Louçã**

“Minha filha me telefonou da escola e perguntou “papai, o que é uma crise financeira?”. Sem querer ser engraçado, respondi: “É uma coisa que acontece a cada cinco a sete anos”.

Ela disse: “Então por que todo mundo está tão surpreso...?”

(Testemunho de Jamie Dimon, presidente do JP Morgan, perante a US Financial Crisis Inquiry Commission em 13 de janeiro de 2010)

Na primeira seção desse texto descrevo algumas das características da recessão que vivemos, quase sem interrupção, desde a crise do subprime a partir do verão de 2007 e que desde o início de 2014 deu lugar a uma recuperação modesta ou a um estancamento. A pergunta desta parte do artigo é a da filha de Jamie Dimon: se todos sabiam, por quê parecem tão surpresos? Ou, em outras palavras, esta crise é típica do ciclo econômico ou significa algo mais? Respondo: é uma crise mais profunda do que parecia antecipar “papai”. Finalmente ele terá alguma razão para sentir-se surpreso. Porém mais surpreso estaria se soubesse que no mesmo FMI se discutem as evidências da desigualdade como a raiz da crise, das quais se ocupa a segunda seção do artigo.

Na terceira parte do texto se discutem brevemente duas explicações para esta recessão no seio de uma grande depressão. A primeira explicação é a mais trivial: a especulação excessiva criou uma bolha financeira e seu colapso contaminou as economias e, portanto, desencadeou a recessão. A outra é mais sofisticada e, creio, mais adequada: assinala que a especulação formou parte de um sistema de transferência de rendas entre trabalho e capital e, no seio do capital, entre a produção, por um lado, e as finanças, por outro, utilizando para isso os bancos. Finalmente, apresento algumas conclusões para discussão.

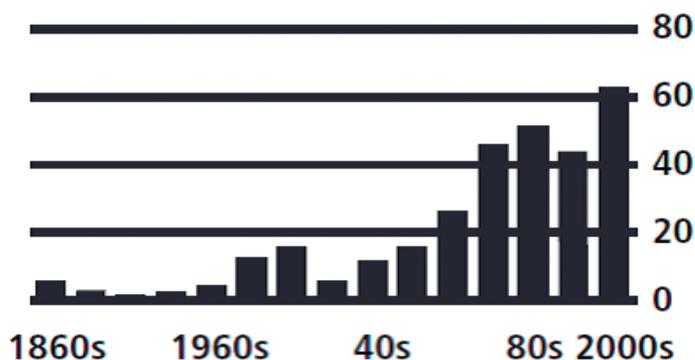
## 1. Já houve muitas crises

As crises são uma “coisa” que aparece a cada cinco ou sete anos, explicou o lúcido presidente do JP Morgan a sua filha. A experiência, ao invés da teoria econômica, confirmaria esta afirmação paternal: desde Clément Juglar, o médico francês que detectou esse padrão estatístico recorrente na economia da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos na segunda metade do século XIX, se supõe que existe um ciclo de crise e recuperação que tem esta duração aproximada. A cada cinco ou sete anos, uma recessão. Marx pensou que seria a cada dez ou treze anos, a partir das contas de Engels. Em todo caso, temos cento e cinquenta anos de experiência do capitalismo industrial e financeiro moderno na qual, apesar de todas as terapias, se reproduz implacavelmente o *business cycle*, o ciclo econômico de Juglar.

Apesar deste relógio das crises, existem em cada período particularidades que são muito importantes, tanto mais porque, certamente, a configuração das economias e das relações internacionais muda ao longo do tempo. O que mais nos interessa aqui é o surgimento de um sistema financeiro complexo, cuja rentabilidade é independente dos investimentos industriais e comerciais que absorve uma parte da poupança e do capital, buscando redistribuir as rendas a favor de um rendimento financeiro que vem crescendo.

O gráfico a seguir foi publicado pela revista *The Economist*. Nele se refletem as crises financeiras criadas pelas bolhas especulativas desde 1860 desde a primeira década do nosso século.

**Gráfico 1.**  
**Bolhas financeiras, de 1860 ao século XXI**



Fonte: *The Economist*, 7 de dezembro de 2013. Número de bolhas financeiras no mundo por décadas.

Podemos fazer várias constatações a partir desse gráfico. A primeira é que encontramos crises especulativas ao longo de todo o prolongado período do capitalismo moderno desde a Revolução industrial. Em cada década existem várias economias nas quais as expectativas acerca dos valores de um ativo em particular – podem ser ações de uma ferrovia ou do canal de Suez, Microsoft ou Nokia - se frustraram depois de criarem um grande entusiasmo e, portanto, atraído muitos capitais. Em consequência, os acionistas, os proprietários ou investidores sofreram grandes perdas quando os preços entraram em colapso. Esta é a mecânica imediata de um crash. A segunda observação é igualmente óbvia, porém mais importante: o número destas bolhas aumentou consideravelmente na segunda metade do século passado, sobretudo porque, a partir da grande recessão da década de 1970, nunca deixou de aumentar. Ocorre um movimento de aceleração especulativa ao longo do período mais recente e só temos razões para pensar que continua e se acentua.

Este é meu primeiro objetivo. Sempre houve crises, porém as crises especulativas vem crescendo graças à economia financeira global. Como veremos mais adiante, também aumentam em intensidade porque se multiplica seu efeito de contágio e o volume dos valores envolvidos.

## 2. Será que “papai” tem culpa? Especulação ou desigualdade

Se os banqueiros e políticos sabem que é assim, por que são imprudentes e favorecem a especulação? De fato, não fizeram outra coisa nos últimos trinta anos. Conseguiram a decisão de excepcional importância do presidente Clinton para cancelar a proibição de sobreposição operativa entre bancos comerciais e bancos de investimento. Conseguiram continuar com a desregulamentação desde Reagan até Bush e generalizar assim o mercado de derivativos não regulados, criando novos instrumentos financeiros complexos e bem protegidos dos litígios dos investidores e acionistas, aproveitando e alavancando a estrutura financeira até o ponto de dominar os bancos tradicionais. Conseguiram impor a ideologia liberalizante e obter, nas privatizações pelo mundo inteiro, a concessão de monopólios naturais e outras receitas, tais como os provenientes das participações público-privadas. Conseguiram de Bush e de Obama, como conseguiram da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, generosos planos de resgate para nacionalizar as perdas

dos grandes bancos europeus e facilitar a retomada da acumulação com generosos benefícios fiscais para os mais poderosos e mais ricos.

Existem várias explicações para este comportamento social. A mais óbvia e a de que os tomadores de decisão se beneficiam diretamente desta política. Uma das razões para a generalização das subprime foi, precisamente, a criação de um sistema de incentivos que levou os intermediários a buscarem o maior número possível de contratos de crédito o mais rapidamente possível, inclusive desprezando a avaliação da solvência dos signatários dos contratos. Estes intermediários ganhavam comissões e não eram responsáveis quando, alguns anos mais tarde, se constatasse que de se tratavam de créditos podres, sobretudo porque os bancos os securitizaram através de operações de venda destes contratos a outros operadores financeiros. No mesmo sentido, os gerentes das empresas financeiras tem um forte incentivo para realizar operações especulativas de lucro a curto prazo, inclusive com grandes riscos a longo prazo: no curto prazo ganham comissões e prêmios que a longo prazo não existirão. O comportamento socialmente irracional dos agentes financeiros é perfeitamente racional para si mesmos no curto prazo.

Porém há outra explicação, que não se dedica a observar o comportamento individual dos intermediários em busca de comissões ou dos interesses dos bancos em limpar seus balanços destes contratos de crédito. Esta explicação, paradoxalmente, também é apoiada e descrita inclusive por pesquisadores do FMI.

O FMI é auditado por um Escritório de Avaliação Independente (IEO, Independent Evaluation Office of IMF), que publica informes periódicos sobre a base de pesquisas com os funcionários do FMI e estudos sobre suas políticas. Ainda que a atividade do IEO seja pouca conhecida, seus informes são claramente comprometedores para os dogmas tradicionais do FMI. Como se baseia em pesquisas realizadas com os funcionários do FMI sobre o que pensam, como atuam e como tomam decisões os resultados são ainda mais reveladores.

Em 2011, o informe destaca a “captura intelectual” do FMI pelas teorias monetaristas, o que havia sido previamente descrito pelo IEO como o resultado do “viés ideológico”, de autocensura e de “conclusões pré-concebidas e estreiteza”. Este informe se perguntava como o fracasso das políticas do FMI não é percebido pelos autores e por que a instituição persiste em políticas tão perniciosas e destrutivas (IEO, 2011).

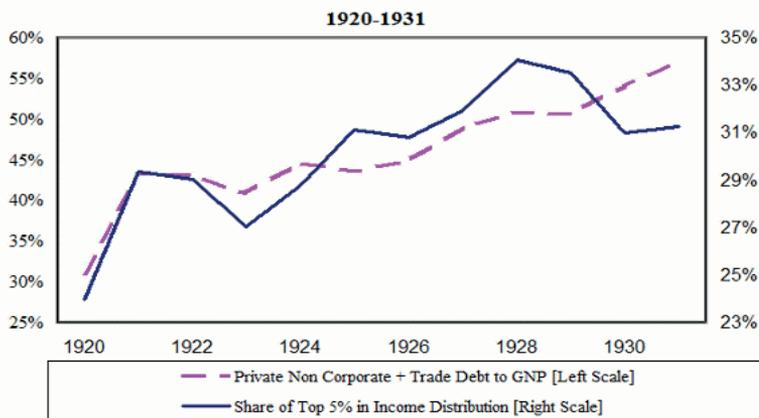
Neste contexto, uma resposta sobre as razões das crises, procedente do interior do próprio FMI, tem ainda mais relevância. Michael Kumhof foi um dos responsáveis pela unidade de modelagem do FMI dentro de seu depar-

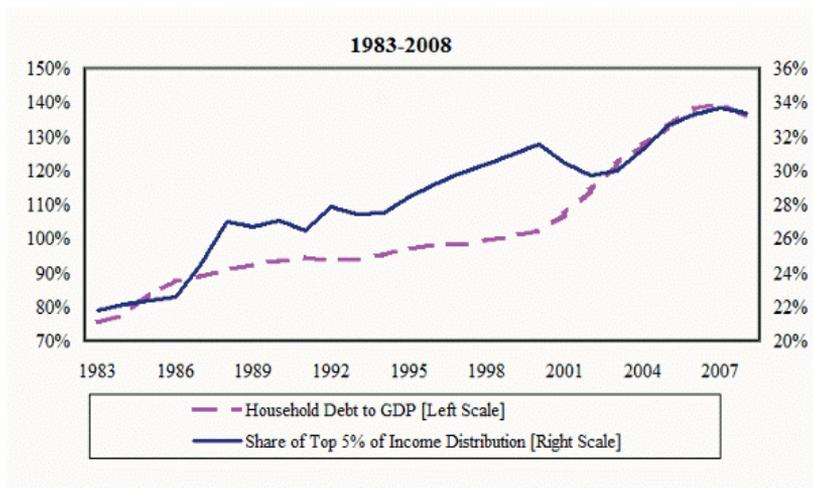
tamento de investigação. Por consequência, é um dos autores dos estudos e modelos que apoiam as decisões do FMI. No entanto Kumhof decidiu fazer uma pergunta difícil: qual é a causa do crescente endividamento das pessoas? Com seu colega Romain Rancière, professor de economia na universidade de Paris, chegou a uma conclusão revolucionária: a causa do endividamento é a desigualdade crescente e esta é a razão da fragilidade e da instabilidade dos sistemas financeiros (Kimhof e Rancière, 2010).

Esta conclusão foi apresentada no artigo intitulado “Desigualdade, alavancagem e crise”, publicado em 2010 em uma coleção de textos do FMI, E os autores continuaram desde então trabalhando no mesmo tema. Os Gráficos a seguir formam parte desses trabalhos e descrevem uma história preocupante. Comparam o que ocorreu antes da Primeira Grande Depressão, que começou com a crise de 1929, com o que ocorreu antes da recessão de 2008 e que está provocando a depressão prolongada da última década. O que ocorreu nesses dois casos foi muito similar: as crises foram precedidas e preparadas por um aumento espetacular da desigualdade social.

Observa-se isso nos gráficos. No primeiro se descreve o que aconteceu nos anos 20 do século passado: a participação dos 5% mais ricos na economia aumentou de 24% para 34% entre 1920 e 1928. No segundo, está claro o que acontece agora: a participação dos 5% mais rico sobe de 22% para 34% entre 1983 e a crise do subprime no verão de 2007, que levou à recessão no ano seguinte.

**Gráfico 2 e 3**  
**Desigualdade de renda e endividamento das famílias, Rancière e Kumhof (2010)**





Evolução da dívida e da desigualdade da distribuição de renda nos anos anteriores às crises de 1929 e 2007.

Fonte: <http://voxeu.org/article/inequality-leverage-and-crises>

Os gráficos mostram como algumas das características econômicas antes da crise de 1929 se repetiram antes da crise financeira de 2007: a dívida das pessoas e a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres cresceu na mesma direção e em proporções comparáveis em ambos os períodos. A dívida em percentual do PIB está no eixo esquerdo e a participação dos 5% mais ricos é representada no eixo direito. Como pode-se visualizar, as variáveis não são exatamente as mesmas já que os instrumentos estatísticos na década de 1920 eram mais imprecisos que os atuais e os autores utilizaram o que dispunham. Assim, para os anos vinte do século passado temos a participação das dívidas privadas e comerciais, excluídas as empresas e, para o período mais recente, o endividamento global dos domicílios, em ambos os casos como porcentagem do produto bruto. A abordagem é, sem dúvida, razoável e mostra um padrão similar: antes da deflagração da crise, a desigualdade, neste caso indicada pela concentração da riqueza nos 5% superiores, cresceu em valores muito similares em ambos períodos.

Os gráficos também tem outra semelhança preocupante: em ambos os casos, as famílias pobres e de renda média – os demais 95% da população – responderam ao aumento da desigualdade aumentando seu endividamento para manter o padrão de vida. No caso dos dois períodos comparados, na economia dos Estados Unidos, o peso da dívida desta população duplicou ao longo do período analisado. Pior ainda, no período mais recente, a dívida dos domicílios não só aumentou durante os quinze anos anteriores à crise, como

ocorreu, mas inclusive chegou a ser o dobro do que era no final do período anterior à recessão de 1929 e a primeira grande depressão.

Nas palavras de Kumhof e Rancière, “o mecanismo chave é que os investidores utilizam suas maiores rendas para a compra de ativos financeiros adicionais, lastreados nos empréstimos aos trabalhadores”; ou “os ricos acumulam cada vez mais ativos e, especialmente, investiram em ativos baseados nos empréstimos aos pobres e à classe média” (Kumhof e Rancière, 2010).

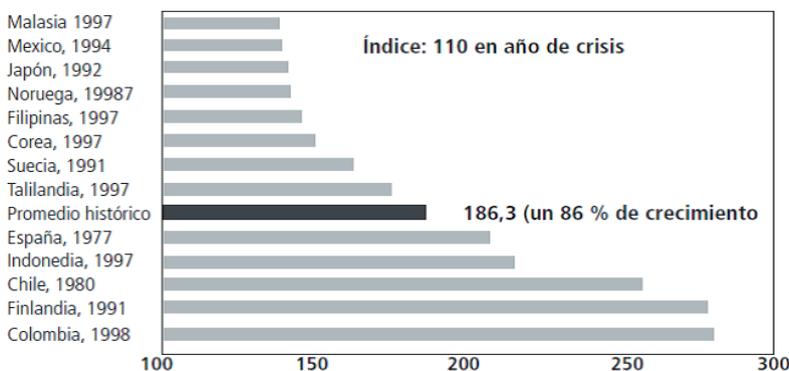
Dessa forma são explicadas a subprime. A fragilidade do sistema financeiro, particularmente sua vulnerabilidade a uma crise de inadimplência das dívidas dos domicílios foi aumentando a medida em que esta alavancagem de dívida produzia um efeito de euforia nos mercados, com a securitização destes empréstimos e a subestimação sistemática de seus riscos. O sucesso dessas fraudes agravou a crise que revelou. A desigualdade provoca a crise.

Os autores vão mais além sugerindo que só existem duas alternativas para reduzir a dívida dos domicílios: ou a sua redução negociada ou a “recuperação do poder de negociação dos trabalhadores e portanto de sua renda, o que permitiria resolver as dívidas com o tempo” (ibíd.).

Outros gestores do FMI também deram-se conta do fracasso das políticas da instituição. Kenneth Rogoff, que foi economista-chefe do FMI e escreveu com Carmen Reinhart um livro muito polêmico sobre crises financeiras, com o revelador título *Desta vez é diferente* (para denunciar os discursos auto-complacentes dos políticos) reconhece que, ao longo da história, os períodos de maior mobilidade de capital geraram as maiores crises bancárias (Reinhart e Rogoff, 2011). De acordo com o estudo, em quase toda as crises posteriores a 1970, o setor financeiro havia sido liberalizado nos cinco anos anteriores. Não é porque sejam os suspeitos de sempre, mas é estranho que os efeitos das políticas de liberalização não tenham sido investigados, porque tem a arma ainda fumegante.

Em todo caso, estes autores concluem que as crises bancárias potencializam as crises financeiras generalizadas e que o custo destas é o aumento da dívida pública: o impacto médio é o crescimento da dívida em mais de 86% nos três anos seguintes a crise. Este é um preço muito elevado da desregulamentação financeira. Na figura 4 esta conclusão é evidente: registrando as crises bancárias dos anos 1990 até o novo milênio, vemos que tem uma característica que não evidencia através do simples registro das bolhas especulativas com que iniciamos este parágrafo: o efeito do resgate dos bancos implicados com a especulação é um enorme aumento da dívida pública.

**Gráfico 4**  
**Aumento real da dívida pública nos três anos seguintes a um resgate bancário**



Fonte: Rogoff e Reinhart, 2009.

Esta constatação não é sequer recente. Em texto anterior, de 2003, Rogoff reconheceu que a globalização financeira prejudicava os países mais pobres. O mesmo foi assinalado por William Easterly, professor da Universidade de Nova York. De acordo com seu artigo, publicado pelo Banco Mundial, a desigualdade de renda se vê agravada pela política do FMI e os pobres sofrem mais com suas consequências (Easterly, 2000). Joseph Stiglitz vai mais além e seu livro O preço da desigualdade (2014): a origem da recessão é a desigualdade.

Entretanto, estes estudos apenas influem nas políticas do FMI e do BCE: a doutrina da recessão é um credo intocável em Washington e Frankfurt. Os precursores de protetorados da dívida insistem sem cessar na necessidade de corrigir a demora da “desvalorização salarial”, o que requer o fortalecimento de medidas de austeridade para fazer frente a recessão criada pelas medidas anteriores. Em outras palavras, ante os efeitos destrutivos da austeridade e da desigualdade, o remédio que propõe é mais desigualdade.

É lógico que assim seja. Mesmo que seja um erro econômico e que esta opção prolongue a estagnação ou ameace com novas recessões, busca um efeito: modifica a correlação de forças sociais porque enfraquece os trabalhadores e movimentos populares e melhora a capacidade de imposição de regras de precarização e exploração por parte da burguesia, além de assegurar rendas - ou garantias perpétuas de pagamento, através da arrecadação de impostos e dos rendimentos monopolísticos de empresas de serviços privatizados entregues ao setor privado - que foram convertidas em uma forma de acumulação muito importante.

### 3. Duas explicações para a crise

Evidentemente, não haveria nenhuma razão para considerar a análise ou as soluções de Kumhof, Easterly ou Stiglitz se estivéssemos certos de que são equivocados. Bem, isso depende de assumirmos ou não explicar as crises como crise de Juglar, essas “coisas” que se repetem a cada cinco ou sete anos. Consideremos então a interpretação destas crises, particularmente as duas explicações que são mais comuns ou mais poderosas.

A primeira interpretação admite que os mercados financeiros são uma estrutura tecnológica competente, que administra a informação disponível e que por isso são eficientes na determinação dos preços, que são a forma de alocação dos recursos. Entretanto, se esta informação foi perturbada, por exemplo, por um falso rumor, então o mercado pode ser abalado por movimentos de pânico ou de contração e os preços deixam de refletir a verdade do mercado.

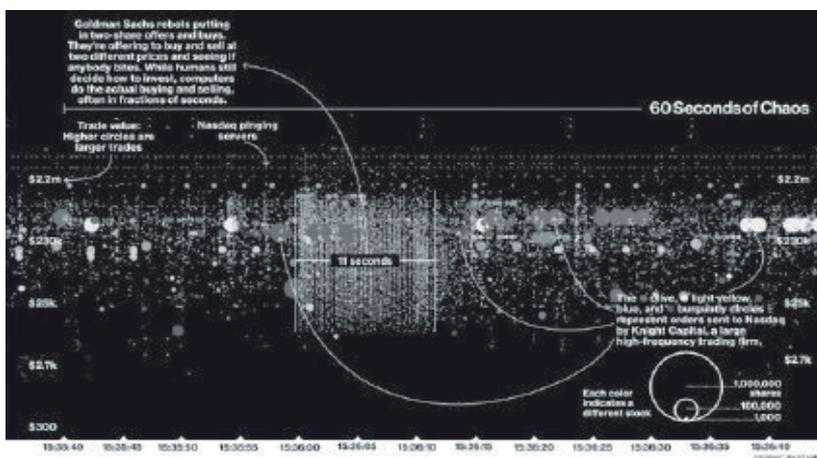
Na ilustração seguinte, que foi capa de uma das edições da Economist de 1997, a origem de uma bolha especulativa, é um exemplo interessante desta teoria. O desenho é de KAL, um brilhante ilustrador que todas as semanas resume a conjuntura mundial em uma inspirada caricatura. O que se vê nesta capa é um palpite sobre a origem da crise: Alguém escutou uma conversa (I've got a stock that could really excel") para decidir vender tão rápido quanto possível ("sell"), até que alguém se desespera e deixa o pregão ("good bye"), interpretado por alguém que desencadeia um movimento de compra ("buy, buy"). O curioso nesta charge é que a ação provocada é sempre contrária ao que a informação sugeria (comprar quando tudo vai mal e vender quando tudo vai bem), o que sublinha a inconsistência da informação e o inevitável colapso do mercado.



É assim? Com prudência, deve-se aceitar que a circulação da informação de alta frequência sem dúvida terá um efeito sobre a determinação dos preços. Porém, o que gera a informação? O gráfico a seguir sugere uma resposta parcial e interessante, porém muito preocupante. Ali está registrado o movimento da Bolsa de Nova York durante um minuto na tarde de 16 de outubro de 2013, precisamente a partir das 15h35min40s. No gráfico, o tamanho dos círculos indica o volume de compra de ações.

Também se destacam as ordens dos dois maiores agentes do mercado: Knight Capital e Goldman Sachs, que é atualmente o maior banco de investimentos do mundo. São poucas ordens, INTENSAS, implicam ações de muitas empresas: o mercado funciona. Mas, precisamente às 15h36 acontece algo estranho. Durante os próximos 11 segundos, o mercado é inundado por ordens caóticas de compra e venda, ocorrendo sucessivas pequenas quantidades de intercâmbio de muitos títulos.

**Gráfico 5**  
**Um minuto na Bolsa de Nova York**



Fonte: Le Monde, registro de um minuto do preço de 16 de outubro de 2013.

O que aconteceu nesses 11 segundos? O regulador do mercado de ações, preocupado, investigou. Constatou que o Goldman Sachs havia decidido fazer uma experiência inovadora: determinou que os seus computadores testassem o mercado, bombardeando com propostas de dois preços diferentes, sugerindo tanto comprar como vender. O que o Goldman Sachs queria saber era se com isso enganaria os operadores humanos e, sobretudo, os computadores que estes utilizam e que registram em tempo real as oscilações de

preços, tomando decisões programadas para respostas rápidas a certos valores. Em outras palavras, o grande jogo passou a ser computadores tentando enganar computadores.

Não se tratava assim de um rumor, mas foi sem dúvida uma forma de jogar com a informação para determinar o preço de compra de títulos. Portanto a explicação oferecida pelo humor de KAL não pode ser menosprezada. Pode então ser uma explicação razoável das crises financeiras, as diversas bolhas que analisamos no primeiro gráfico, baseada nas falhas – ou na manipulação – da informação.

Mas esta é uma explicação muito limitada. De fato, sugere que as instituições dos mercados financeiros constituem um poder próprio: mas somente o Goldman Sachs e uns poucos operadores poderiam jogar com o mercado como fizeram nestes 11 segundos de caos. Neste caso, as instituições tem um papel muito mais amplo do que este jogo experimental sugere e existem mais suspeitos (incluindo o sincero “papai” Jamie Dimon, que foi um dos financistas consultados por Donald Trump para o cargo de Secretário do Tesouro, que foi finalmente ocupado por Steve Munchin do Goldman Sachs).

Ao determinar ou condicionar as políticas monetária e financeiras, ou os orçamentos públicos, essas instituições comandam as relações econômicas e sociais. Impulsionam a desigualdade, retomando as intuições de Kumhof e Stiglitz. Fazem isso não porque esta seja a consequência não desejada da inevitabilidade da sua ação, mas sim porque esta é sua estratégia.

Portanto, as bolhas especulativas não surgem simplesmente por problemas de informação. Se assim fosse, a filha de Jamie Dimon evidentemente teria razão e “papai”, assim como o JP Morgan, não teria nenhuma dificuldade para evitar envolver-se com um inconveniente colapso financeiro: já se sabia que a “coisa” viria, portanto seria suficiente para proteger os ativos e limitar a especulação. Pelo contrário, as bolhas especulativas aparecem porque as instituições e os processos de valorização do capital se geram exprimindo as relações sociais através da extração da renda dos domicílios endividados com as subprime ou que sofrem com os aumentos de impostos e com a redução da renda devido a pressão da dívida e da administração da dívida soberana. A distorção de preços ou as bolhas especulativas são os processos de distribuição desta renda. Ou, em outras palavras, as crises não são a consequência indesejável do funcionamento deficiente dos mercados. As crises são os mercados.

#### 4. O projeto falido de União Europeia

A ação do BCE, com seu audaz programa de compra de títulos da dívida

de Estados e empresas, foi elogiada por salvar o euro quando a incerteza crescia e suas regras conduziam ao desastre. Esta referência é adequada. A velha receita de monetização da dívida deu lugar a taxas de juros mais baixas e demonstrou que o Banco Central ajudaria o euro. Mas o que esta política nunca poderia resolver é o que estava fora de seu alcance, como os investimentos e, portanto, a recuperação da demanda.

Como não conseguiu atuar de forma significativa no lado da demanda, a ausência de investimentos e a existência de governos limitados por uma política orçamentária restritiva, a inundação de euros teve um efeito reduzido e pode inclusive haver favorecido um efeito-riqueza aumentando o valor dos patrimônios fundados em ações valorizadas. Isto é, mais desigualdade e, sobretudo, uma bolha especulativa valorizando artificialmente propriedades imobiliárias e bônus corporativos. Neste caso, especulação e bolhas são sempre a antessala de uma crise financeira. É para onde se dirige a economia mundial, sobretudo a Europa, onde se combinam todos os problemas. Porém, além disso, existe na China uma bolha imobiliária e é possível que nos EUA esteja se configurando uma bolha no mercado acionário. Isto é, a incerteza que sempre é o estopim da crise financeira só pode crescer.

Existem, então, duas grandes e preocupantes diferenças em relação ao período anterior à crise do subprime. A primeira é que enquanto as políticas utilizadas para aliviar a pressão sobre a economia já são pouco eficazes: os impostos sobre o capital já são muito baixos e não se imagina que se forem reduzidos ainda mais criariam um estímulo suficiente para a retomada dos investimentos e da economia; por outro lado, os juros são zero ou negativos e portanto não podem ser reduzidos para estimular o investimento, o consumo ou, em geral, a demanda. Os remédios tradicionais dificilmente funcionam.

A segunda grande diferença é que as estruturas sociais estão mais frágeis por causa da crise. O movimento operário e popular foi debilitado pela intensidade da precarização e da degradação dos acordos coletivos e da organização sindical. A desigualdade cresceu e fez mais vítimas. A arrogância patronal é mais forte e a direita volta a recompor-se em torno de líderes autoritários e agressivos, disso a vitória de Trump é o exemplo mais ameaçador em nível internacional. Na Europa, a decomposição dos sistemas políticos do pós-guerra ou, no caso da Espanha, as tensões no regime de pós-transição pelos sucessivos escândalos de corrupção só confirmam a inviabilidade das instituições europeias, de seus tratados e de suas políticas. A União Europeia é um projeto falido e uma ameaça para a maioria da população.

Para a Europa, estes riscos também são uma exigência para a ação. Uma crise financeira, se for generalizada e profunda, aumentará as taxas de juros,

por conseguinte insustentáveis para a dívida pública. Então teremos, nas economias periféricas, inclusive talvez na Itália, que escolher entre mais austeridade ou abandonar o euro. É melhor apertarmos o cinto de segurança porque existe uma ameaça de tempestade.

Francisco Louçã, é economista e membro do Bloco de Esquerda (Portugal).

### Referencias

- Blyth, M. (2014) *Austeridad. Historia de una idea peligrosa*. Barcelona: Crítica.
- Easterly, W. (2000) *The effect of IMF and World Bank Programs on Poverty*. Working paper, Banco Mundial.
- Kumhof, M. y Rancière, R. (2010) *Inequality, Leverage and Crises*. IMF Working Paper WP/10/268.
- (2011) Resumen del artículo anterior.
- Disponble en: <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/6075>.
- IEO (2011) *Evaluation Report –IMF Performance in the Run-Up to the Financial and Economic Crisis, IMF Surveillance in 2004-7*. IEO Independent Evaluation Office of the IMF. Washington: IMF.
- Reinhart, C. y Rogoff, K. (2009) Disponble en: [https://www.researchgate.net/publication/268422603\\_Report\\_No\\_0510\\_Crisis\\_Restructuring\\_and\\_Growth\\_A\\_Macroeconomic\\_Perspective/figures?lo=1](https://www.researchgate.net/publication/268422603_Report_No_0510_Crisis_Restructuring_and_Growth_A_Macroeconomic_Perspective/figures?lo=1).
- (2011) *Esta vez es distinto*. México: FCE
- Stiglitz, J. (2014) *El precio de la desigualdad*. Madrid: Punto de lectura.
- The Economist* (2013) “More bricks, fewer bubbles”. *The Economist*, 7/12/2013. Disponble en: <http://www.economist.com/news/leaders/21591177-financial-markets-are-looking-frothy-answer-not-tighter-monetary-policy-more-public>.

# CALENDÁRIO

## DATAS DO SEMINÁRIO

**01 DE SETEMBRO – SEXTA-FEIRA - 1º DEBATE**  
**- A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917**

**28 DE SETEMBRO – QUINTA-FEIRA - 2º DEBATE**  
**- CRISE DO CAPITALISMO - CRISE CIVILIZATÓRIO**

**26 DE OUTUBRO – QUINTA-FEIRA - 3º DEBATE**  
**- NOVAS ESTRATÉGIAS DO SÉCULO XXI**

**23 DE NOVEMBRO – QUINTA-FEIRA - 4º DEBATE**  
**- PARTIDO E NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO**

**14 DE DEZEMBRO – QUINTA-FEIRA - 5º DEBATE**  
**- REFLEXÕES SOBRE O SOCIALISMO**

SEMPRE ÀS 19H, NO AUDITÓRIO DO SINDBANCÁRI@S  
RUA GEN. CÂMARA, 424 – CENTRO HISTÓRICO – PORTO ALEGRE.

Já confirmaram presença em uma das cinco edições os e as convidadas/os: Céli Pinto, Raul Pont, Eduardo Mancuso, Miguel Rossetto, Nalu Faria, Enéas de Souza, Margarida Salomão, Flavio Koutzii, Tatau Godinho, Tereza Campello, Paulo Visentini, Aniger Ribeiro e Carlos Henrique Árabe.

# ANOTAÇÕES



## Nossos Contatos:



### Sofia Cavedon

Email: [mandatosofia.cavedon@gmail.com](mailto:mandatosofia.cavedon@gmail.com)  
Twitter: @sofiacavedonPT  
Facebook: SofiaCavedon  
Blog: [www.sofiacavedonpt.blogspot.com.br](http://www.sofiacavedonpt.blogspot.com.br)  
Fones: (51) 3220.4263 / 4265



### Jeferson Fernandes

E-mail: [jeferson.fernandes@al.rs.gov.br](mailto:jeferson.fernandes@al.rs.gov.br)  
[comunicacaojf@gmail.com](mailto:comunicacaojf@gmail.com)  
Twitter: @DepJeferson  
Facebook: Jeferson Fernandes  
Site: <http://www.jefersonfernandes.com.br/>  
Fone: (51) 3210.2470



### Elvino Bohn Gass

E-mail: [bohngass@bohngass.com.br](mailto:bohngass@bohngass.com.br)  
Twitter: @BohnGass  
Facebook: [fb/bohngass13.com](https://www.facebook.com/fb/bohngass13.com)  
Site: [www.bohngass.com.br](http://www.bohngass.com.br)  
Fone: (51)3023-3922 (PoA),  
(55)3512-1391 (Sta. Rosa),  
(61)3215-5469 (BSB)



### Pepe Vargas

E-mail: [dep.pepevargas@camara.leg.br](mailto:dep.pepevargas@camara.leg.br)  
Twitter: : @SigaPepeVargas  
Facebook: [www.facebook.com/sigapepevargas](https://www.facebook.com/sigapepevargas)  
Site: [www.pepevargas.com.br](http://www.pepevargas.com.br)  
Fone: (61) 32155858